

## AS REDAÇÕES DO ENEM, A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA E OS DIREITOS HUMANOS COMO LINHA TRANSVERSAL

Wallace Ferreira<sup>1</sup>  
Guilherme Nogueira de Souza<sup>2</sup>  
Alberto Alvadia Filho<sup>3</sup>  
Wesley Hanns Carvalho Matos<sup>4</sup>

### RESUMO:

Este artigo traz uma análise da presença da Sociologia enquanto disciplina escolar nas provas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre 2009 e 2018. A nossa hipótese é que a disciplina pode figurar como importante fonte de conceitos para o desenvolvimento da redação no interior dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo, visto que orienta tanto na problematização do tema sugerido quanto na proposta de intervenção para a solução do problema em questão. Metodologicamente, as temáticas das redações foram examinadas segundo quatro critérios, gerando um rico material para professores e estudantes: 1) Se o assunto está no currículo de Sociologia direta ou indiretamente; 2) A maneira como a Sociologia pode contribuir para o desenvolvimento da redação; 3) Que expressões e conceitos usados na Sociologia poderiam ser usados nas redações; e 4) Que interdisciplinaridade envolvendo Sociologia e outras disciplinas de Humanidades da educação básica aquele tema oferece. Com isso, procuramos demonstrar que há uma proximidade entre a prova de redação do ENEM e o programa de Sociologia do ensino médio, de modo que a disciplina pode, com seus conceitos e expressões, auxiliar o candidato em argumentações que superem juízos de senso comum, visando, principalmente, uma proposta de intervenção social lastreada na defesa da democracia, na valorização da diversidade e no combate aos preconceitos. Em consequência, a prova do ENEM, aqui exemplificada pela redação, e em sintonia com a Sociologia, tem servido de importante política pública na área da educação voltada para a difusão dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Redações do ENEM, Contribuições da Sociologia, Educação, Direitos Humanos, Entre 2009 e 2018.

---

<sup>1</sup> Professor de Sociologia do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) - RJ, [walaceuerj@yahoo.com.br](mailto:walaceuerj@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Professor de Sociologia do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) - RJ, [guilherme.nogueira.souza@hotmail.com](mailto:guilherme.nogueira.souza@hotmail.com);

<sup>3</sup> Professor de Sociologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ - Campus São João de Meriti) - RJ, [afilho30@gmail.com](mailto:afilho30@gmail.com);

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, [wesley\\_hcm@hotmail.com](mailto:wesley_hcm@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra um projeto maior de pesquisa intitulado “A Sociologia no ENEM e a visão dos licenciandos em Ciências Sociais da UERJ”, em andamento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), representando a primeira etapa concluída, aquela que procurou observar a relação entre a Sociologia escolar e as provas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Criado em 1998, o ENEM foi usado primeiramente para avaliar a qualidade da educação nacional. No entanto, ganhou nova versão em 2009, com aumento do número de questões e passando paulatinamente a substituir os antigos vestibulares, de maneira que hoje se constitui no principal exame de ingresso ao ensino superior em instituições federais do Brasil. Daí o recorte adotado neste trabalho abranger este período.

Embora também presente na prova de Ciências Humanas do exame, a nossa hipótese neste trabalho é que a Sociologia pode figurar como significativa fonte de conceitos e teorias para o desenvolvimento da redação no bojo dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo, visto que auxilia tanto na problematização do assunto sugerido quanto na proposta de intervenção para a solução do problema levantado.

Tendo como objetivos principais o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania em concordância com os direitos humanos, a Sociologia oferece aos estudantes da educação básica algumas ferramentas de desnaturalização dos fenômenos sociais, abordando-os com um suporte conceitual e teórico que pode servir de significativa ancoragem na argumentação desta prova.

Devemos dizer, ainda, que, dentre os propósitos deste artigo, pretendemos demonstrar a atuação desempenhada pelo ENEM na educação brasileira ao tratar os direitos humanos como pauta relevante para o pensamento crítico e a formação em cidadania, além de legitimar o ENEM enquanto uma efetiva política de educação em direitos humanos. Não à toa, como veremos, as redações entre 2009 e 2018 versaram sobre questões que dizem respeito a problemas sociais, políticos e sociais do Brasil, levando o estudante a localizar-se criticamente na realidade que o cerca.

## METODOLOGIA

Metodologicamente, elaboramos uma análise bibliográfica que demonstra a relação do ENEM com a defesa de uma educação para os direitos humanos. Em seguida, apresentamos

uma investigação detalhada de todas as redações do ENEM entre 2009 e 2018, considerando não apenas a apresentação do tema, mas toda a exposição da prova, que geralmente apresenta textos de lei, abordagens teóricas e jornalísticas, bem como charges e imagens ligadas à temática central. Algumas delas são costumeiramente utilizadas em aulas de Sociologia para auxiliar nos assuntos abordados.

Além disso, para este artigo, apresentaremos um quadro elaborado a partir de uma análise que obedeceu aos seguintes critérios: 1) Se o tema da redação está no currículo de Sociologia direta ou indiretamente; 2) A maneira como a Sociologia aparece naquele tema; 3) Que conceitos ou expressões usados nas Ciências Sociais<sup>5</sup> poderiam ser usados naquela redação; e 4) Que interdisciplinaridade envolvendo Sociologia e outras disciplinas de Humanidades da educação básica aquele tema oferece.

## OS DIREITOS HUMANOS E O ENEM

Além de a maioria das temáticas serem de ordem social e estarem relacionadas aos conteúdos estudados nos currículos de Sociologia da educação básica, em especial no ensino médio, onde a disciplina é obrigatória nas três séries desde 2008, há evidente defesa dos direitos humanos nos assuntos sugeridos e, em particular, na maneira como os mesmos são apresentados nos textos-base desta avaliação. Esses textos de apoio apresentam, de modo geral, partes de leis que procuram combater desigualdades, sendo acompanhados de dados quantitativos organizados por instituições oficiais do Estado que revelam a dissonância entre legislação e realidade social.

A educação não é neutra, estando imersa em intenções políticas e guiadas por concepções e valores materializados na história. Possui uma função social alinhada a um projeto de transformação, o que significa, no Brasil das últimas décadas, vincular-se à promoção da democracia (BORGES, 2013).

Nessa direção, Neves (2018) sublinha que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/1996) deixam evidente a preocupação da legislação brasileira numa educação voltada para a cidadania.

Assim diz o artigo 205 da Carta Magna:

---

<sup>5</sup> Usamos este termo uma vez que no ensino médio a disciplina Sociologia também abrange conteúdos de Antropologia e Ciência Política, ou seja, reúne os três eixos principais das Ciências Sociais.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, art. 205).

Igualmente, segundo a LDB de 1996:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º).

Isso significa o embasamento de um Estado Democrático de Direito, cuja cidadania é entendida como um conjunto de direitos e deveres que implica a participação dos indivíduos na vida pública e política (NEVES, 2018). Como veremos abaixo, várias redações tiveram a intenção de despertar nos candidatos argumentações dessa natureza.

Da mesma forma, o currículo escolar de Sociologia também é voltado para a promoção cidadã, o que é garantido pelas Orientações Curriculares Nacionais, as OCNs (BRASIL, 2006):

“Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, Art. 36, § 1º, III) quando relaciona “conhecimentos de Sociologia” e “exercício da cidadania”. Entende-se que essa relação não é imediata, nem é exclusiva da Sociologia a prerrogativa de preparar o cidadão. No entanto, sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia stricto sensu, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. Talvez o que se tenha em Sociologia é que essa expectativa - preparar para a cidadania - ganhe contornos mais objetivos a partir dos conteúdos clássicos ou contemporâneos – temas e autores” (BRASIL, 2006, p. 104).

No entanto, devemos frisar, de forma preocupante, que não necessariamente a educação na sociedade brasileira tem atuado numa perspectiva de defesa de direitos humanos. Na realidade cotidiana, existem desafios sociais e conflitos de ordem política que inviabilizam a efetivação desses direitos no dia a dia das escolas brasileiras, levando-nos a uma constante necessidade de implantação desses valores na seara educacional.

Como salientado por Fernandes e Paludeto (2010), em momentos de crise de valores públicos e privados e da sociedade como um todo, torna-se imperativo que as temáticas da

igualdade e da dignidade humana não estejam inscritas apenas de textos legais, mas que sejam internalizadas e trabalhadas por todos que atuam na educação.

A importância de uma educação em direitos humanos é notória para uma sociedade que se pretende civilizada e que visa expandir esses valores objetivando a superação do ódio e das segregações/discriminações/desigualdades marcantes da sociedade brasileira. Nessa linha, Benevides (2000), defende que os direitos humanos:

“É a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas” (BENEVIDES, 2003, p. 309).

Nesse horizonte, as redações do ENEM têm prestado um importante serviço na luta pela defesa dos direitos humanos numa sociedade que carece desses valores para garantir a democracia e assegurar princípios fundamentais do Estado de Direito.

Como salientado por Culau, Lira e Sponchiado (2015):

“A educação em Direitos Humanos tem um papel significativo, pois a mesma é um dos direitos fundamentais do ser humano. Embora se encontrem ainda muitos desafios, é de extrema importância que os Direitos Humanos se fixem na sociedade, sendo reconhecidos como prioritários para a construção da cidadania e da democracia, tendo, no entanto, a Educação como sua aliada. A Educação em Direitos Humanos é, na atualidade, um dos mais importantes instrumentos dentro das formas de combate às violações de Direitos Humanos, já que se educa na valorização da dignidade e nos princípios democráticos” (CULAU; LIRA; SPONCHIADO, 2015, p. 3950).

Dessa maneira, é inegável a relevância do ENEM como parte de uma política pública de avaliação da educação básica em torno dos principais documentos que norteiam a nossa educação.

Devemos lembrar, porém, que até 2016 tirava nota zero o candidato que violasse os direitos humanos durante a dissertação, numa interpretação que consideramos positiva. Entretanto, o movimento conservador Escola sem Partido (ESP) questionou na justiça esse entendimento do MEC, tendo sua reivindicação acolhida pelo TRF1 e corroborada pelo STF às vésperas do ENEM de 2017. Na atualidade, a violação aos direitos humanos zera apenas um dos itens de avaliação da redação, a parte que exige uma intervenção do candidato na realidade social, equivalente a 20% de toda a nota atribuída a esta prova.

Em apoio aos direitos humanos na redação, ainda que esta não seja mais totalizante nesta parte do exame, Neves (2018) salienta:

“A supervalorização desse item não é gratuita. Ela responde diretamente aos documentos oficiais que regem as políticas públicas de Educação no Brasil. (...) Isso significa dizer que respeitar os direitos humanos não é simplesmente uma “invenção” da prova de redação do ENEM. Trata-se, antes de tudo, de um exercício de cidadania que não deve se restringir ao ambiente escolar (como um simples letramento em direitos humanos), mas sim transcender a ele e abarcar o todo: a sociedade, o sertão, o mundo (uma cultura em direitos humanos)” (NEVES, 2018, p. 747).

Embora uma educação para os direitos humanos seja relevante e urgente, no Brasil e no mundo a sua implantação encontra-se em disputa no debate público, e o exemplo do seu critério enquanto avaliação do ENEM expressa isso de maneira evidente e preocupante. O crescimento do autoritarismo e a negação da importância dos direitos humanos remontam à lembrança de períodos históricos marcados por guerras e destruições, contextos que pretendemos não reviver.

## AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA PARA AS REDAÇÕES DO EXAME

No que tange ao perfil das redações do ENEM, o tamanho máximo do texto deve ser de 30 linhas, sendo em prosa e do tipo dissertativo-argumentativo, cujo objetivo é convencer o leitor da veracidade e da substância do ponto de vista defendido. A argumentação é um dos principais aspectos trabalhados pela Sociologia escolar, seja pela natureza crítica dos temas presentes no currículo, seja pela forma como geralmente as aulas da disciplina são conduzidas, estimulando a escrita, o debate, a interpretação de fatos históricos e a construção de argumentos.

Abaixo o quadro que demonstra os critérios de avaliação da redação do ENEM, onde podemos verificar a contribuição da Sociologia em praticamente todas as competências avaliadas:

**Quadro 1: Critérios de avaliação da redação do ENEM (2018)**

Competência 1:	Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita.
Competência 2:	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.
Competência 3:	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4:	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5:	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos.

Fonte: Redação no ENEM 2018. Cartilha do Participante, 2018.

Quanto as propostas de redação, em 2009 o título **“O indivíduo frente à ética nacional”** trouxe como textos motivadores uma imagem em preto e branco de autoria de Millôr Fernandes com um boneco e uma frase “só lidar com gente honesta, meu deus, que solidão!”; um texto falando da passividade do povo e da ausência de indignação; e um terceiro texto de título “Qual é o efeito em nós do ‘eles são todos corruptos?’”, mostrando que o discurso segundo o qual todos são corruptos acaba por criar uma fronteira entre aqueles que se indignam, com sua integridade, e os outros que são corruptos, revelando a imobilidade de que se diz com retidão moral.

Observamos que a proposta de redação tem relação direta com o currículo de Sociologia, de modo que a disciplina pode contribuir abordando as formas democráticas de intervenção e expressando maneiras legítimas de indignação. Alguns conceitos sociológicos poderiam ajudar no processo de tomada de consciência crítica, como os conceitos de patrimonialismo e de nepotismo para caracterizar algumas formas de corrupção. Já os conceitos de cidadania e movimentos sociais serviriam para intervir nessa realidade.

Na redação de 2010, intitulada **“O trabalho na Construção da Dignidade Humana”** há dois textos motivadores: um que faz referência à Lei Áurea de 1888 e à escravidão contemporânea; e o outro sobre o futuro do trabalho, que supostamente não vai ser em escritório, não vai ter salário fixo, nem aposentadoria, ao contrário, vai ter relação com a inovação, preocupação com o meio ambiente e busca de qualidade de vida.

Essa temática tem relação direta com o currículo de Sociologia, que pode contribuir no sentido de mostrar o trabalho como uma oportunidade de humanização, de dignidade humana, e não como exploração dos trabalhadores. Alguns conceitos trabalhados na disciplina podem ser importantes para sistematizar a temática do trabalho em sua forma abrangente, valendo-se de conceitos como flexibilização, informalidade, alienação, entre outros.

Na redação de 2011, que versava sobre **“Viver em rede no Século XXI: Os limites entre o público e o privado”**, houve três textos base: o primeiro, intitulado “Liberdade sem fio”, sublinha que a ONU ascendeu o acesso à rede a uma posição de direito fundamental do ser humano. O segundo, de título “A internet tem ouvidos e memória”, aborda a mudança de costumes no acesso aos meios de comunicação, com a internet superando muitas vezes os

outros veículos. Ademais, o texto alerta o leitor de que o anonimato da rede não é real e que todos podem ser rastreados e identificados. O terceiro texto consiste numa tirinha na qual uma pessoa critica a sociedade de controle onde todos são monitorados pelas câmeras.

A Sociologia pode contribuir com a reflexão acerca do uso das redes sociais no século XXI, que envolve diversos subtemas, como, por exemplo, o crescimento das fake news, bem como oferecer as expressões ‘controle social’ e ‘sociedade de controle’. De alguma forma, essa temática voltaria na redação de 2018.

Na prova de 2012, intitulada **“O movimento migratório para o Brasil no século XXI”**, tivemos três textos motivadores. O primeiro salienta que a imigração para o Brasil não pode ser reduzida às questões ligadas ao trabalho, mas também envolvem aspectos de ordem cultural. O texto dois aborda a chegada de grande população de haitianos em 2011, fruto do terremoto ocorrido em 2010, e chama a atenção para o perfil desses haitianos no Brasil, maioria de classe média e com qualificação profissional. O terceiro texto envolve a situação dos imigrantes bolivianos no Brasil, destacando as razões políticas e econômicas que os levaram a sair da Bolívia, com mais da metade da população vivendo na miséria, além de serem pouco qualificados.

A Sociologia pode contribuir diretamente para a construção da redação ao promover uma discussão sobre diversidade cultural, razões políticas, históricas e econômicas, além de recuperar conceitos antropológicos de cultura, relativismo e etnocentrismo, dentre outros.

**“Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”** foi a proposta da redação de 2013, a qual possui quatro textos motivados. O primeiro estabelece uma relação entre o consumo de bebida e mortes no trânsito. O segundo traz uma imagem de propaganda do governo federal com um carro batido num copo gigante de cerveja. O texto três traz diversas estatísticas positivas da Lei Seca: diminuição de acidentes, redução de vítimas fatais e de atendimento hospitalar, além do fato de 97% da população aprovar o uso do bafômetro. O quarto texto mostra a ideia de uma agência de comunicação visando uma mensagem criativa aos clientes de bares e restaurantes segundo a qual os motoristas não devem misturar bebida e direção.

A sociologia pode auxiliar indiretamente nessa redação, já que se trata de um tema de Direito, mostrando as relações entre o Estado e a sociedade. Conceitos de ciência política, como estado de natureza e pacto civil, bem como conceitos sociológicos de Durkheim, a exemplo de fato social e anomia, também podem ser usados.

A redação de 2014, de proposta **“Publicidade infantil em questão no Brasil”** possui três textos base. O primeiro versa sobre a regulamentação da publicidade infantil, via resolução do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. O segundo texto



mostra um mapa informando a ocorrência da publicidade infantil em diferentes lugares do mundo. O texto três apela para a conscientização das crianças sobre a divulgação de produtos.

A Sociologia pode contribuir criticamente nessa redação ao tratar o padrão de consumo estabelecido pela sociedade de consumo capitalista e que atinge cada vez mais o público infantil. O conceito de indústria cultural também pode ser resgatado para entender o processo de transformação da cultura numa lógica de mercado audiovisual para o consumo infantil.

Na redação de 2015, intitulada “**A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira**”, são apresentados quatro textos motivadores. O primeiro é proveniente do mapa da violência de 2012, apresentando dados numéricos sobre o homicídio de mulheres no Brasil, que triplicou entre 1980 e 2010. O texto dois consiste num gráfico do balanço de 2014 dos tipos de violência relatados pelas mulheres no Disque 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com amplo destaque para a violência física e a violência psicológica. O terceiro texto é uma espécie de propaganda pedindo o fim do feminicídio. Trata-se de uma imagem de mão aberta com um alvo ao centro e embaixo escrito a palavra “basta”. Já o texto quatro apresenta dados sobre os impactos da Lei Maria da Penha. Aqui há o número de processos abertos com base na lei, o número de processos julgados, as prisões em flagrante e prisões preventivas decretadas.

A Sociologia escolar, nessa redação, pode contribuir ao tratar conceitual e teoricamente de papéis de gênero e suas desigualdades, do feminismo e suas ondas, além dos tipos de violência a que as mulheres estão submetidas e de sua organização em movimentos sociais visando o combate a violações sistemáticas de direitos das mulheres no país.

Em 2016 houve duas aplicações do ENEM devido à ocupação de escolas na época do primeiro exame. A primeira teve como título “**Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil**”. O primeiro texto da sua estrutura cita a Constituição de 1988 na parte que assegura a liberdade de crença religiosa, as manifestações religiosas e a laicidade do Estado. O texto dois mostra que agressões ou ofensas em função de crença ou por não se ter uma religião específica são crimes inafiançáveis e imprescritíveis. O texto três traz o artigo 208 do Código Penal que tipifica os crimes contra o sentimento religioso e apresenta as penas. O quarto texto apresenta dados sobre a intolerância religiosa no Brasil com denúncias entre 2011 e julho de 2014. Separando-se por credo, as religiões de matriz afro-brasileira e a evangélica foram as maiores vítimas de discriminação.

A Sociologia pode contribuir, nessa prova, ao falar do etnocentrismo e das virtudes da abordagem relativista para melhor se compreender e respeitar elementos culturais diversos,

bem como para assegurar valores de tolerância no interior de uma sociedade moderna cada vez mais plural em seus modos de vida. Nesse caso, fica explícita a relação entre relativismo e valorização dos direitos humanos.

Já na segunda aplicação de 2016, cuja proposta foi **“Caminhos para combater o racismo no Brasil”**, logo no primeiro texto se questiona a chamada democracia racial brasileira pós-abolição, visto que os índices de analfabetismo, criminalidade e mortalidade são maiores dentre a população negra. O texto dois apresenta um artigo da Lei 7.716 de 1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. O terceiro texto traz uma imagem que diferencia racismo de injúria racial, sendo racismo a conduta discriminatória dirigida a determinados grupos, enquanto a segunda consiste em ofender a honra de uma pessoa com a utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. O texto quatro, numa tomada de posição implícitamente favorável, explica o que são as políticas afirmativas e como essas ações procuram reverter a representação negativa, promover a igualdade de oportunidade e combater o preconceito e o racismo.

As relações étnico-raciais no Brasil vêm sendo tratadas no currículo de Sociologia no tocante ao combate às discriminações raciais que a população negra historicamente é alvo. Ademais, para desnaturalizar o racismo impregnado na sociedade brasileira, desenvolver esse fenômeno como um “fato social” durkheimiano é fundamental visando a compreensão de que ninguém nasce racista e que este comportamento consiste numa construção social e que se reproduz por meio de coações sociais. Inclusive Gilberto Freyre, abordado criticamente nas aulas de Sociologia, pode ser resgatado para tratar do mito da democracia racial.

A redação de 2017 versou sobre os **“Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”**. O primeiro texto trouxe o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015 (Lei 13.146). O texto dois exhibe o número de matrículas de surdos na educação básica e educação especial mostrando que elas têm diminuído no Brasil considerando o intervalo entre 2011 e 2016. O texto três é um cartaz que trata do respeito às diferenças no trabalho, manifestando-se contra o preconceito. O texto quatro mostra que, apesar da primeira escola de educação de meninos surdos no Brasil já vir do período imperial, só em 2002 ocorreu a sanção da lei 10.436, legislação que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua oficial do Brasil.

Aqui, embora o tema não seja diretamente sociológico, a disciplina pode contribuir com o conceito de “fato social” de Émile Durkheim, tendo em vista a imposição de uma linguagem que não nasce com o indivíduo, mas que é construída socialmente, ou seja, é exterior, geral e coercitiva.

Por fim, em 2018, o título da redação foi “**Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet**”. Dos textos motivadores, três foram reportagens e um apresentou um gráfico com dados. O primeiro e o segundo abordaram a silenciosa ditadura do algoritmo, de modo que ambos expressam a passividade do usuário diante dos mecanismos de controle da rede. O terceiro texto, na linha dos anteriores, discute como a internet influencia secretamente as nossas escolhas, definindo a preferências dos internautas. Por sua vez, o gráfico apresentado traz um organograma de dados produzido pelo IBGE com o perfil dos usuários de internet no Brasil em 2016, detalhando o uso da rede segundo gênero, faixa etária e finalidade de uso.

O saber sociológico contribui diretamente por meio da discussão atual sobre a indústria cultural, o conceito de alienação, bem como as discussões sobre sociedade de rede e controle social.

Agora, seguir-se-á o quadro que apresenta o detalhamento das contribuições da Sociologia escolar junto às redações observadas, material que pode servir como guia de orientação para estudantes e professores:

**Quadro 2: A Sociologia e as redações do ENEM entre 2009 e 2018**

Ano	Tema	Está no currículo de Sociologia Direta ou Indiretamente?	Como a Sociologia aparece?	Conceitos/Expressões usados nas Ciências Sociais que poderiam ser aplicados para a argumentação.	Diálogo da Sociologia com quais disciplinas de Humanas ?
2009	O indivíduo frente à ética nacional	Diretamente	Oferecendo subsídios para os candidatos pensarem sobre formas de mobilização contra a corrupção e desvios de condutas públicas; Problematizando as mobilizações políticas.	Cidadania; Individualismo; Coesão social; Solidariedade social; Anomia; Cordialidade; Homem cordial; Patrimonialismo; Nepotismo; Cidadania.	Filosofia; História
2010	O Trabalho na Construção da Dignidade Humana	Diretamente	Abordando as relações de trabalho numa perspectiva voltada para dignidade humana; Negando condicionantes de exploração.	Direitos humanos; Capitalismo; Ideologia; Terceirização; Mais-valia; Meios de produção; Racionalização do trabalho; Flexibilização do trabalho; Alienação; Informalização; Sindicalização; Proletariado; Globalização; Precariado; Direitos trabalhistas, Pauperização, Contradição, Emancipação, Mercado de trabalho, Modo de produção,	Geografia; História

				Reificação.	
2011	Viver em rede no Século XXI: Os limites entre o público e o privado	Diretamente	Refletindo sobre o papel da internet na sociedade contemporânea; Tratando temas como meios de comunicação de massa e a atualidade da indústria cultural; Abordando questões pertinentes à individualidade e à coletividade.	Sociedade do conhecimento; Direitos fundamentais; Capitalismo; Direitos individuais; Direitos civis; Cibercultura; Falsa consciência; Fake news; Liberdade de expressão; Controle social; Individualidade.	-----
2012	Movimento migratório para o Brasil no Século XXI	Diretamente	Apontando as possíveis contribuições da Sociologia no que tange ao contato entre diferentes culturas bem como na promoção de direitos para a população migrante.	Cultura; Diversidade cultural; Xenofobia; Cidadania; Direitos sociais; Direitos humanos; Identidade; Nacionalismo; Fronteira, Alteridade.	Geografia; História
2013	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil	Indiretamente	Abordando as relações entre o Estado e a sociedade.	Estado de natureza hobbesiano; Contrato social; Fato social; Controle social; Estado, Sociedade civil.	-----
2014	Publicidade infantil em questão no Brasil	Diretamente	Demonstrando como a sociedade capitalista criou padrões de consumo para o público infantil, envolvendo bens materiais e simbólicos, e passando, inclusive, pela indústria cultural.	Indústria cultural; Capitalismo; Sociedade de consumo; Socialização; Ideologia; Alienação; Falsa consciência; Interação social; Pertencimento.	-----
2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira	Diretamente	Abordando a formação cultural brasileira calcada no patriarcalismo e no padrão heteronormativo; Destacando a persistência da violência contra a mulher enquanto uma prática criminosa; Refletindo sobre mecanismos de combate às violências contra a mulher.	Gênero; Identidade; Sexualidade; Violência simbólica; Patriarcalismo; Machismo; Heteronormatividade; Feminismo; Androcentrismo; Desnaturalização; Divisão social do trabalho; Empoderamento; Movimento social; Femicídio; Criminalidade; Interseccionalidade, Direitos sociais, Dominação masculina.	-----
2016 (1ª Aplicação)	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil	Diretamente	Explicando o desenvolvimento da cultura brasileira calcada no cristianismo; Valorizando a laicidade; Abordando o papel do Estado na promoção dos direitos civis.	Direitos civis; Cidadania; Preconceito; Discriminação; Segregação; Intolerância religiosa; Etnocentrismo; Eurocentrismo; Relativismo cultural; Laicidade; Interculturalidade; Direitos	História

				humanos.	
2016 (Prova reaplicada) <sup>6</sup>	Caminhos para combater o racismo no Brasil	Diretamente	Combatendo os preconceitos raciais; Abordando a temática étnico-racial; Valorizando as minorias étnicas; Abordando o papel do Estado na promoção dos direitos civis.	Direitos civis; Cidadania; Preconceito; Discriminação; Segregação; Eugenia; Racismo; Mito da democracia racial; Etnocentrismo; Relativismo cultural; Determinismo racial; Movimentos sociais; Multiculturalismo; Xenofobia; Ações afirmativas; Eurocentrismo; Interculturalidade; Direitos humanos; Etnia, Identidade; Ideologia, Antirracismo; Violência simbólica; Movimento negro.	História
2017	Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil	Indiretamente	Tratando da relação entre Estado, sociedade e indivíduo; Apontando para as desigualdades no sistema educacional; Valorizando as minorias sociais e combatendo preconceitos.	Fato social; Socialização; Linguagem; Padrão social; Sistema educacional; Inclusão social; Desigualdade social.	-----
2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet	Diretamente	Refletindo sobre o papel da internet na sociedade contemporânea; Tratando de temas como Meios de comunicação de massa e a atualidade da indústria cultural.	Fato social; Alienação; Mecanismos de controle social; Capitalismo; Sociedade da informação; Sociedade de consumo; Cibercultura; Indústria cultural; Falsa consciência; Fake news.	-----

**Fonte:** Elaboração dos autores.

O quadro apresenta uma série de orientações a professores de Humanidades, em particular de Sociologia, no que tange a maneira como as redações cobraram determinadas temáticas do currículo da disciplina. O interessante desse aspecto é notar como os assuntos curriculares são trazidos para a realidade, inspirando professores e estudantes a focarem frequentemente numa adaptação de teorias e conceitos sociológicos a realidade do país.

Dentre a distribuição entre Sociologia, Antropologia e Ciência Política, evidencia-se maior predominância de assuntos sociológicos, como nos casos das redações sobre ética nacional (2009), trabalho (2010), publicidade infantil (2014) e controle de dados na internet.

<sup>6</sup> A reaplicação do Enem em 2016 ocorreu devido às ocupações de locais de prova em novembro. Movimentos estudantis que protestavam contra a PEC do teto dos gastos e contra a reforma do ensino médio ocuparam prédios de universidades onde o exame seria aplicado, fazendo com que o exame fosse reaplicado em dezembro.

A Sociologia também aparece junto da Antropologia nas redações de 2015 (violência contra a mulher) e nas duas de 2016 (intolerância religiosa e racismo). Por sua vez, a Sociologia aparece conjuntamente da Ciência Política no tema de 2011 (rede no século XXI). Antropologia e Ciência Política estão juntas na redação de 2012 (movimento migratório). A Ciência Política, em sua vertente de aproximação com o Direito, poderia auxiliar na redação de 2013 sobre Lei Seca. Essa predominância da Sociologia, uma menor presença da Antropologia e da Ciência Política, bem como a interdisciplinaridade entre essas subáreas confirma uma tendência distributiva já evidenciada nos programas de Sociologia do ensino médio.

Para os estudantes, vale a pena atentar para os conceitos sociológicos, haja vista a conhecida valorização da banca à aplicação de informações advindas das diversas áreas de conhecimento. Como os temas da redação são sociais, nada pode ser tão bem vindo como as contribuições sociológicas, que permitem aos candidatos observarem os assuntos por diversos ângulos analíticos. A respeito dessa contribuição, Fraga e Matioli (2018) assinalam:

“São pelo menos cinco as contribuições da sociologia a essa produção textual: colaborar com a citação de autores e conceitos para a interdisciplinaridade; fugir do senso comum, valendo-se da imaginação sociológica e, portanto, de uma preocupação com a influência dos condicionamentos sociais; esclarecer o que são e como não desprezar os direitos humanos; discutir de maneira aprofundada temas de ordem social, cultura ou política; e cumprir as três etapas lógicas esperadas, problema, causa e soluções” (FRAGA; MATIOLI, 2018, p. 350).

Nesse sentido, trazer a Sociologia para as redações não apenas enriquece a argumentação, aumenta as chances de uma nota elevada, mas garante a defesa dos direitos humanos numa prova que preza por essa visão civilizatória de educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, nos esforçamos para demonstrar que a Sociologia está fortemente presente no atual modelo de acesso ao ensino superior brasileiro, via ENEM, o que ocorre por meio do auxílio teórico e conceitual na problematização do assunto sugerido e na proposta de intervenção para a solução do problema levantado. Eis uma importante contribuição da Sociologia para os estudantes brasileiros e uma forma de utilidade da disciplina que complementa a conhecida formação crítica voltada para a cidadania.

Mais que isso, o currículo escolar de Sociologia defende os direitos humanos em concordância com uma linha evidente de valorização da educação vinculada aos princípios essenciais para a construção de um Estado Democrático de Direito. Trata-se de uma observação relevante em qualquer contexto, mas amplia-se em significância em tempos de aumento do conservadorismo e de tendências reacionárias em diversos espaços da sociedade brasileira. Ademais, envolve o papel de professores alinhados com um projeto civilizatório interessado em impedir tragédias históricas que negaram qualquer preceito de humanidade.

Diante das críticas de personalidades políticas aos propósitos do ENEM e a algumas temáticas abordadas nos últimos anos, cabe esperar para saber se a redação continuará exercendo esse papel ou será relegada a uma dissertação esvaziada de crítica e de formação social.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata?. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.), **Formação de Educadores. Desafios e Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 309-318.

BORGES, Maria Célia. **Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos**. 1.ed. São Paulo: Paulus, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Org. Yussef Said Cahali. 9.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Vol. 3 (Parte de Sociologia). Ciências humanas e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Redação no ENEM 2018**. Cartilha do Participante. INEP, Brasília/DF, 2018.

CULAU, Julia; LIRA, Daiane; SPONCHIADO, Denise Aparecida Martins. Educação em Direitos Humanos: Um desafio da sociedade e da escola. In: **Anais do EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação**, PUC-PR, 26 a 29 de outubro de 2015.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e Direitos Humanos: Desafios para a escola contemporânea**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, pp. 233-249, mai./ago, 2010.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. **Contribuições da sociologia para a redação do ENEM**. In: MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre

Barbosa (Orgs.) Saberes e práticas do ensino de Sociologia. 1.ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

NEVES, Cynthia Agra de Brito. **Direitos Humanos e Educação:** A polêmica em torno da prova de Redação do ENEM 2015 e 2017. Trab. Ling. Aplic., Campinas, vol. 57, n. 2, pp. 731-755, mai./ago, 2018.